

ECONOMIAS MERCANTIS PRÉ-CAPITALISTAS

META

Explicitar as vias de desintegração da economia natural.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

identificar as principais vias de desintegração da economia natural praticada pela comunidade primitiva;
caracterizar o modo de produção dominante nas formações sociais: asiática, escravista romana, escravista grega e germânica;
identificar a forma de apropriação do excedente pela classe dominante;
detectar a função da atividade mercantil em sociedades pré-capitalistas;
explicar os elementos presentes nas sociedades pré-capitalistas que as impediam de superar o escravismo e a servidão.

PRÉ-REQUISITOS

Noções de Economia.

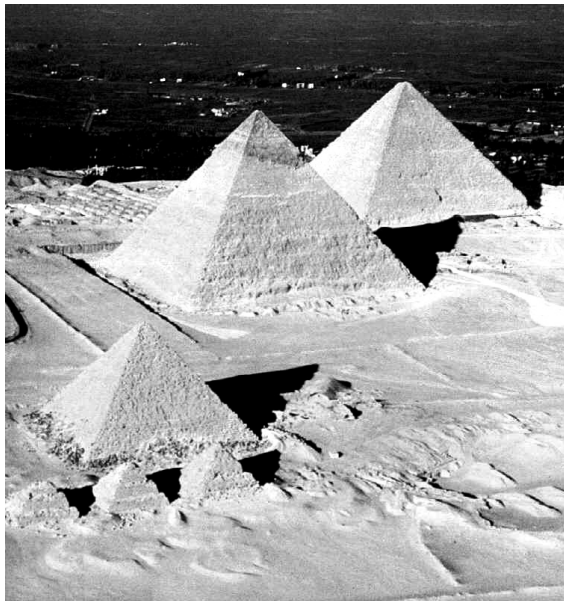


Figura 1 - Pirâmides de Gizé, Egito (Fonte: <http://bp0.blogspot.com>).

INTRODUÇÃO

O processo de desintegração da economia natural desenvolveu-se na estruturação de três tipos de formações sociais distintas: formação social asiática, formação social escravista (grega e romana) e a formação social germânica. Cada formação social possuía um modo de produção dominante que a qualificava. As formações sociais desenvolveram-se em espaços geográficos diferenciados e temporalmente distintos. Mas, na Antigüidade, a formação social asiática e a escravista (grega e romana) apresentaram alguns aspectos semelhantes, como: ter uma estrutura socialmente desigual; efetuar a arrecadação de tributos, para sustentar a classe dominante, de forma compulsória; praticar uma intensa atividade mercantil centralizada no mercado externo; e ter como base da economia a agricultura. Esse assunto será a temática da aula que iniciamos agora.



Figura 2 - Mapa situando geograficamente o Egito Antigo. (Fonte: www.colegioanchieta-ba.com.br).

HISTÓRICO

Asuperação da sociedade de economia natural não aconteceu de forma unilinear, mas sim seguindo diversos formatos, dentre os quais destacamos quatro, como já vimos: formação social asiática, formação social escravista (grega e romana) e a formação social germânica. É bom ressaltar que esta linha de evolução não incorpora outras possíveis, pois ela foi construída na perspectiva de entender o surgimento da formação social capitalista.

FORMAÇÃO SOCIAL ASIÁTICA

O conceito de Formação Social Asiática identifica as economias das sociedades orientais que se desenvolveram na Ásia Ocidental (Oriente Próximo); abrangia, principalmente, a economia do Egito e da Mesopotâmia, na Antigüidade, e ainda se incluem nessa categoria os povos americanos, como os astecas, os maias e os incas. A Formação Social Asiática tinha como modo de produção dominante o modo de produção asiático, caracterizado por ser uma combinação contraditória entre a posse de uso coletivo da terra pelos produtores diretos, a comunidade aldeã e a expropriação do excedente realizada pelos segmentos sociais instalados na estrutura do Estado. Nadir D. Mendonça, citando Maurice Godelier, observou que o modo de produção asiático realizava-se pela contradição entre o último estágio da comunidade sem classe (comunidade aldeã) e pelo surgimento de uma sociedade de classe, representada pela existência do Estado (MENDONÇA, 1985, p. 68).

Sátira dos ofícios

“A metade do grão é roubada pelos vermes, a outra é roubada pelos hipopótamos; no campo proliferaram as ratazanas, descem os gafanhotos [...] e por fim chega o funcionário: observa a colheita com sua escolta armada com bastões, os negros com látigos e dizem: dêem-nos cereal. Se não há cereal, açoitam o dono [...] que é amarrado e lançado no canal [...] sua mulher e os filhos amarrados [...]” (Fonte: AQUINO, p.100).

A base da economia era a atividade agrícola (trigo e cevada) articulada com a manufatura doméstica onde os camponeses produziam as suas ferramentas, suas vestes e materiais também para o uso doméstico. A produção era voltada à subsistência e para o pagamento de impostos coletivos pelo uso da terra, que sustentava a burocracia estatal formada pelos governantes,

servidores públicos e sacerdotes. O aldeão camponês, além de se dedicar à produção para sua sobrevivência e pagamento de impostos, estava obrigado a prestar serviço, em forma de corvéias, ao Estado, que controlava a economia coordenando o ciclo agrícola, que era um sistema de rotação de terras, e as obras voltadas para a irrigação, como a construção de diques e galpões para o armazenamento da produção extorquida dos produtores diretos, e do comércio externo. Também, o Estado era o responsável pela construção de palácios, edifícios religiosos (pirâmides, esfinges, templos entre outros) e assegurava a segurança da estrutura social contra rebeliões internas e ataques externos.

A atividade mercantil era basicamente realizada com comunidades externas. Estava prioritariamente dedicada ao comércio de produtos de luxo. Em virtude da auto-suficiência das comunidades aldeãs, a atividade mercantil não prosperou no seio das comunidades nem entre elas. A relação social de produção caracterizava-se por ser servil e possuir uma divisão social do trabalho tênue, na medida em que a agricultura e a manufatura eram realizadas no âmbito da comunidade camponesa. Utilizava-se o escravo nos serviços domésticos, nas grandes obras de construções do Estado e nas atividades religiosas. Porém, no tocante à atividade básica para a reprodução da comunidade, a força de trabalho escrava era explorada de forma tênue.



Figura 3 - Representação de trabalhadores construindo pirâmides no Egito (Fonte: <http://br.geocities.com>).

É bom ressaltar que em uma formação social asiática registra-se a divisão social entre aqueles que produzem (aldeões camponeses) e aqueles que se apropriam, formados pelos não trabalhadores ligados às funções de Estado, que apresentam um alto nível de desenvolvimento. O aparato político-ideológico, que sustentava o Estado no controle, e a expropriação dos estratos subalternos da comunidade estavam alicerçados na exploração

religiosa do mundo. No estudo sobre a formação social asiática ocorrem muitas dúvidas no tocante ao processo de sua desintegração, apesar da contradição entre a estrutura política, sintetizada na existência de um “Estado superdesenvolvido” e uma “sociedade civil subdesenvolvida”, não ter gerado qualquer processo revolucionário capaz de abalar a hegemonia do modo de produção.

Para Karl Marx, a situação estática do modo de produção asiático explica-se pela predominância da propriedade coletiva estatal, uso pela comunidade, auto-suficiente, camponesa, e pela ausência da propriedade privada, situação que dificulta a realização de forma ampliada da atividade mercantil, e a conseqüente formação de uma classe revolucionária (BOTTOMORE, 1983, p. 351).

Essa justificativa, segundo Bottomore, que tem como base uma concepção formalizada com base no desenvolvimento da história européia ocidental, talvez não seja suficiente para explicar o que ocorreu nas formações sociais asiáticas. É interessante ressaltar que devemos ser cautelosos em utilizar o posicionamento sobre a estagnação do modo de produção asiático, pois pode alimentar uma concepção preconceituosa, que implica em demonstrar a superioridade do mundo ocidental – capitalista e desenvolvido -, sobre o mundo oriental - atrasado e violento.

FORMAÇÃO SOCIAL ESCRAVISTA OU ANTIGA

Quando se fala Formação Social Antiga, faz-se referência à sociedade grega e à sociedade romana, no período em que o processo de reprodução daquelas sociedades foi dominado pelo modo de produção escravista, fato que aconteceu em momentos distintos entre as duas formações. O escravismo grego surgiu, mais ou menos, no século VIII a.C., com a desintegração da economia natural praticada pelo genos, e a consolidação da polis (no período Arcaico). Enquanto em Roma, o escravismo tornou-se o modo de produção dominante a partir do século III a. C. O **escravismo** é a condição em que o trabalhador (escravo) é uma propriedade de outro ser humano, que se apropria de maneira compulsória do fruto do trabalho realizado. A condição de escravo pode variar de ser temporária (escravidão motivada por dívida) ou perpétua e hereditária. Em determinada situação histórica o escravo é uma mercadoria. A exploração do escravo tem origem no momento histórico em que a desagregação da comunidade primitiva tribal (economia natural) está mais intensificada e em que o prisioneiro de guerra deixa de ser devorado em cerimônia religiosa, e passa a ser utilizado na condição de escravo.

A prática do escravismo exigia determinadas condições para sua realização. Por exemplo: exigia que o desenvolvimento das forças produtivas permitisse a produção de excedente, a prática da atividade comercial, a

Escravismo

“ O modo de produção escravo foi uma decisão do mundo greco-romano, contribuiu como base definitiva tanto para suas realizações quanto para seu eclipse.”(ANDERSON, 1989, p.21).

circulação monetária, a exploração privada da terra e do artesanato, além de uma divisão social do trabalho mais complexa.

Além dessas condições econômicas, se fazia necessária uma instituição política centralizada e um escopo ideológico justificador da exploração absoluta de um ser humano por outro, como foi formulado por Aristóteles e Platão.

A diferença temporal existente na instituição do escravismo entre gregos e romanos é acompanhada pela exclusividade da natureza de cada processo. A reflexão sobre o processo de instituição do escravismo, na Grécia Antiga, é bastante complexa, na medida em que as comunidades gregas não se constituíam uma totalidade social, pois as polis se constituem cidades-estado autônomas, com características próprias. Por exemplo, no período Arcaico, Atenas e Esparta, as duas mais importantes polis, mantinham o escravismo como modo de produção dominante. Mas, em cidades fronteiriças como Tessália, Etólia, Ilíria e Macedônia, o escravismo não era dominante.

Levando em consideração a importância das duas cidades (Esparta e Atenas) podemos perceber que o processo de desintegração de algumas comunidades localizadas na península balcânica, base geográfica da civilização grega, evoluiu de uma economia natural para o escravismo através de processos distintos.

Em Esparta, a economia natural praticada pelo genos desintegra-se à medida que a propriedade coletiva, passando a ser propriedade estatal, era fatiada entre os aristocratas (espartiaatas) para o fim de sua exploração, não se transformando em propriedade privada. A produção retirada da terra pública espartana era realizada pelos escravos (hilotas), que também eram propriedade do Estado. Os hilotas eram os responsáveis pelo fornecimento dos produtos para a sobrevivência da aristocracia que, livre do trabalho

produtivo, podia se dedicar à arte da guerra. O excedente da produção era trocado por armas ou objetos de luxo.

A peculiaridade do escravismo espartano vai além de ser o escravo propriedade estatal, pois outra condição o fazia diferente dos outros escravos das cidades gregas, em especial dos de Atenas, porque possuía a “liberdade” de ser proprietário dos instrumentos de trabalho e de parte de sua produção. Mas, apesar dessas condições diferenciadas, os escravos eram comparados a “asnos sobre-carregados”. Os hilotas estavam sempre se revoltando contra a sua condição de escravo, fazendo com que os espartanos executassem constantes matanças. Para esse fim, instituíram como prática educativa de seus jovens guerreiros as *críptias*, que consistiam na matança anual dos escravos, os hilotas.

O escravo público, em Esparta, era basicamente



Figura 4 - Vaso grego retratando escrava grega pajeando bebê (Fonte: <http://www.midiaindependente.org>).

capturado nas guerras de conquista, atividade mais ilustre para a comunidade e fonte de riquezas. Existiam ainda os trabalhadores (periecos) que se dedicavam à agricultura e à pecuária (carneiros e porcos) em terras periféricas, de pouca produtividade. Também se dedicavam ao artesanato, à mineração do ferro e ao comércio.

Em Atenas, o escravismo era a propriedade familiar como os demais meios de produção. O escravo era a força de trabalho responsável pelo fornecimento dos produtos destinados à sobrevivência da aristocracia agrária (eupátridas). Os escravos eram originários da conquista pela guerra (principalmente) e frutos de dívidas não pagas aos proprietários pelos pequenos proprietários e artesãos (demiurgos), que sobreviviam do próprio trabalho. Porém, a situação originária do escravismo ateniense foi alterada com as revoltas dos demiurgos que, visando conquistar direitos sociais, impuseram a anulação da escravidão por não pagamento de débito. Condição que foi consumada pela edição das leis elaboradas por Sólon (595 a.C.). Mas, apesar da Lei, o escravismo continuou base da reprodução da sociedade ateniense.

Durante o domínio macedônio, época de Alexandre sobre a Grécia, o escravismo estava consolidado como o modo de produção dominante, contribuindo para que a divisão social do trabalho entre a agricultura, artesanato e o comércio se instituísse no seio das forças produtivas das cidades gregas, gerando a condição para viver uma fase de esplendor, que ficou materializada na história do povo grego como o helenismo.

Escravidão em Roma - No ápice da formação social e econômica romana a força de trabalho escrava alcançou o índice de quase 80% da população (HUNT, SHERMAN, 1986). Como nas cidades-estado da Grécia, a escravidão possibilitou que, em Roma, as forças produtivas se tornassem mais complexas, permitindo uma maior condição de domínio sobre a natureza. O exemplo foi o desenvolvimento da atividade mercantil, da urbanização, da legislação (famoso Código de Leis Romanas).

Em Roma, o processo de desintegração nas comunidades de economia natural foi acompanhado por intensa revolução social, fruto do enfrentamento político entre os patrícios e plebeus. A revolução social resultou nas condições favoráveis para a montagem da instituição do Estado romano que garantiu aos seus cidadãos os direitos políticos, jurídicos e religiosos, baseados em um código originário do conflito social e não consuetudinário, e na consolidação do modo de produção escravista como dominante. A instituição da relação social de produção escravista romana tem como base dois focos. Um deles é decorrente da dívida não



Figura 5 - Busto de Alexandre O grande (Fonte: [http:// www.colegiosaofrancisco.com.br](http://www.colegiosaofrancisco.com.br)).

paga pelo cidadão. Essa situação, basicamente, restringia-se ao plebeu que possuía a liberdade de exploração de um meio de produção (terra, artesanato e o comércio), que, para viabilizar a sua atividade assumia financiamento que, em muitos casos, em virtude de problemas naturais e econômicos, não conseguia saúdar o empréstimo, tornando-se um inadimplente, um futuro escravo.

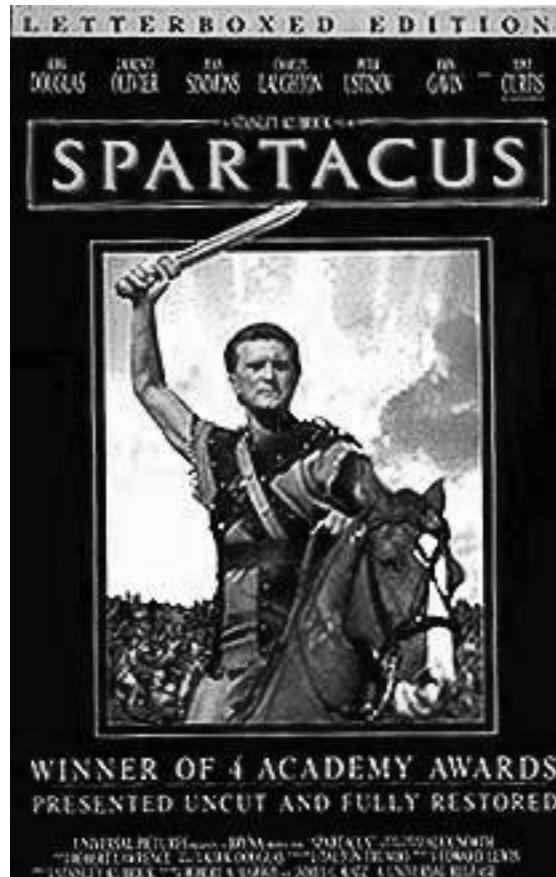


Figura 6 - Poster do filme Spartacus - Stanley Kubrick, EUA, 1960 (Fonte: [http:// www.adorocinema.com.br](http://www.adorocinema.com.br)).

Em 326 a. C., as revoltas civis impuseram conquistas da plebe que aboliram o escravismo motivado pela dívida. A outra fonte de fornecimento da força de trabalho escrava foi a guerra, por sinal, a mais importante. A sua instituição cumpriu importante papel para a solução dos problemas impostos ao desenvolvimento da economia e da formação social romana, em virtude do baixo nível de produtividade decorrente das limitações técnicas de sua força produtiva, que não podia acompanhar o crescimento de Roma. E o escravismo forneceu a força de trabalho necessária para a exploração extensiva da agricultura, fundamental para o crescimento da produção de alimentos.

O problema da escassez de terra e mão de obra foi resolvido com a contínua expansão através do uso da extraordinária máquina de guerra montada pelos romanos. Durante mais de quatro séculos, Roma empreendeu ação de conquista que resultou no domínio da Península Itálica, da Europa Ocidental, da África e Ásia mediterrânicas, que se tornaram fornecedoras de escravos, de metais preciosos (prata, ouro etc.), cereais, e outras riquezas.

A intensificação da exploração do trabalho escravo acentuou a dificuldade de vida da plebe romana, na medida em que sua força de trabalho ia sendo substituída pelo escravo, que passou a ser utilizado nas mais diversas atividades de trabalho. No apogeu do escravismo romano existiram duas categorias no tocante à origem da propriedade: a de ser escravo público (do Estado), explorado na realização de obras estatais como: construções, serviços de urbanização, serviços religiosos, extração de minérios e pedras. A outra condição era ser escravo privado (particular), geralmente explorado na execução das tarefas domésticas (alimentação, tecelagem, administração da propriedade de produção, ensino e lazer) e nas tarefas rurais ligadas à agricultura de subsistência, de exportação e de transformação, como a do vinho e do azeite.

O escravismo romano (como aconteceu nas comunidades escravistas gregas) possibilitou que Roma se desenvolvesse economicamente, socialmente e culturalmente, na medida em que criou as condições para o avanço das forças produtivas, tornando complexa a divisão social do trabalho com a especialização da produção agrícola, da manufatura artesanal e da atividade comercial. Além disso, tornou o escravo um dos produtos comerciais mais lucrativos, tanto que os mais importantes centros urbanos possuíam um mercado especializado na venda do produto escravo.

Como observamos, o modo de produção escravista hegemônico nas formações sociais grega e romana criou as condições para a ampliação do domínio da natureza pelos homens, resultando em um complexo social avançado para a época em todos os níveis. No nível econômico, pode ser visualizado através da consolidação da atividade mercantil, realizada, principalmente, entre as comunidades, mas que já se insinuava no interior das comunidades.

Apesar de tudo isso, o modo de produção escravista possuía suas limitações, que, segundo HUNT e SHERMAN (1986, p. 11), residiam, por um lado, no risco de se usar a força de trabalho escravo na execução de



Figura 7 - Nos latifúndios escravistas romanos, grandes extensões de terra foram dedicadas à criação, onde um capataz (geralmente escravo) comandava os escravos pastores. (Fonte: MAESTRI, Mário. O escravismo antigo. 10 ed., São Paulo: Atual, 1994, p. 57).

instrumentos de trabalho complexos ou delicados, pois o estado de revolta era constante entre os escravos, motivando muitas vezes a destruição dos instrumentos.

Por outro lado, o trabalho compulsório não motivava o interesse do escravo em melhorar a técnica de produção, contribuindo para caducar os processos que, no caso específico da agricultura, colaboravam para o cansaço da terra e, conseqüentemente, para a diminuição da produção.

Também, a ideologia justificadora do escravismo contribuiu para divulgar a compreensão de que o trabalho produtivo era indigno para um cidadão, e que, portanto, deveria ser executado por “pessoas menores e desqualificadas”, que, por natureza, nasceram para servir. Essa forma de pensar, que teve como célebres elaboradores os filósofos Platão e Aristóteles, contribuiu para inibir parcelas da população a se dedicar ao trabalho produtivo, abrindo espaço para a valorização da guerra e do escravismo. Essa concepção ideológica sofreu uma forte oposição do cristianismo, pregador da igualdade em relação à origem do homem, ao considerar todos filhos de um só Deus.

O cristianismo foi incorporado por um vasto setor das classes subalternas, e cresceu solapando a base ideológica do Estado escravista romano. Deve-se juntar a essas dificuldades o enfraquecimento do Estado romano, abalado por fortes crises políticas internas e ataques sucessivos de estrangeiros sobre suas fronteiras, em especial as ocorridas na região dos rios Reno e Danúbio, na Europa central.



Figura 8 - Ruínas do Senado romano (Fonte: <http://upload.wikimedia.org>).

O desmoronamento do poderio militar do Estado romano atuou de maneira contundente, a partir do século III, contribuindo para o estrangulamento do processo expansionista, fomentando pane no fornecimento da força de trabalho escrava, que resultou na valorização do escravo no mercado. Este fato contribuiu para a desaceleração da produtividade agrícola, motivando limitação no fornecimento de produtos para o mercado, forçando os grandes proprietários com o objetivo de sustentar e manter a propriedade e valorizar a agricultura de subsistência.

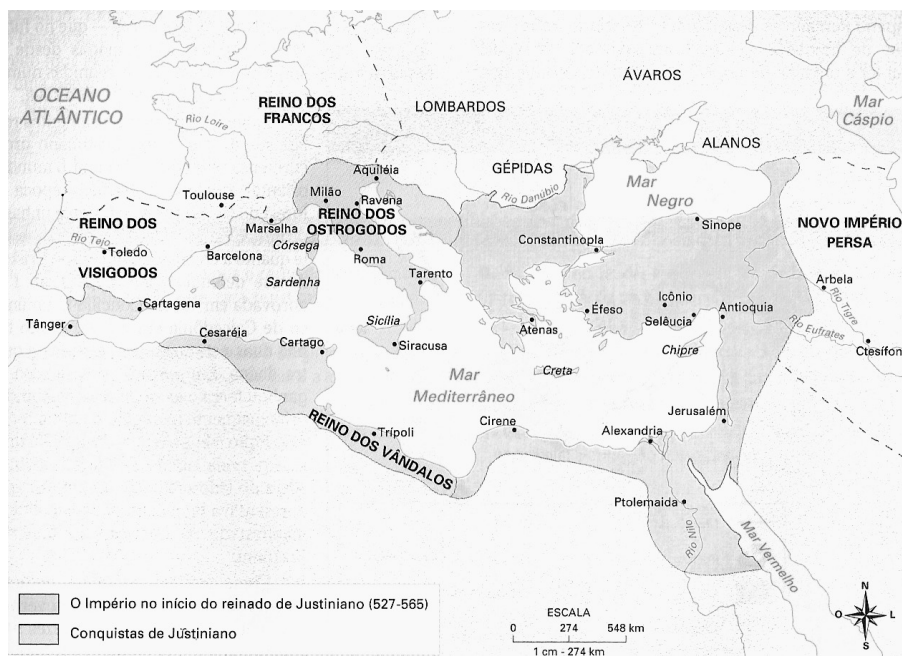


Figura 9 - Mapa indicando regiões conquistadas pelo Império Romano até o fim do século III (Fonte: ARRUDA, José Jobson de. Toda a História. 8 ed., São Paulo: Ática, 2000, p. 80).

Ao lado dessas dificuldades a instabilidade política era quase permanente devido às constantes rebeliões sociais (movidas por escravos) e intensivas migrações (violentas ou não) dos “povos bárbaros”. As saídas econômicas encontradas pelos romanos para a crise do escravismo apontaram na direção da destruturação do modo de produção, na medida em que a agricultura optou por caminhar na busca da auto-suficiência das propriedades (latifúndio).

Ao mesmo tempo em que a insegurança política e os altos impostos levaram os substratos mais vulneráveis da sociedade romana a solicitar proteção aos grandes proprietários, que, em troca da proteção, obrigavam o homem livre a cultivar um lote da sua terra para um grande proprietário. Este processo desembocaria na criação de um novo tipo de relação de produção, o Colonato, relação que se tornou um dos elementos base do modo de produção feudal.

FORMAÇÃO SOCIAL GERMÂNICA

Por volta do século III, povos germânicos, oriundos do norte e oeste da Europa, iniciam um intensivo processo migratório para as terras localizadas no centro do continente.

Em seguida, principalmente durante o decorrer dos séculos IV e V, as migrações das hordas germânicas estabeleceram uma situação de forte instabilidade nos territórios romanos, provocando o desmantelamento do Estado Imperial de Roma e criando as condições para o surgimento de unidades autônomas de economia auto-suficiente, desestruturando as condições propícias ao comércio.

A formação social germânica possuía um modo de produção baseado em forças produtivas pouco desenvolvidas, em que a unidade de produção concentrava-se na família.

Essa família retirava o seu sustento com a permissão de uso da propriedade individual nos lotes das terras comunitárias, na busca pela auto-suficiência. As terras comunitárias eram rotativas, com o objetivo de manter a igualdade entre as famílias.

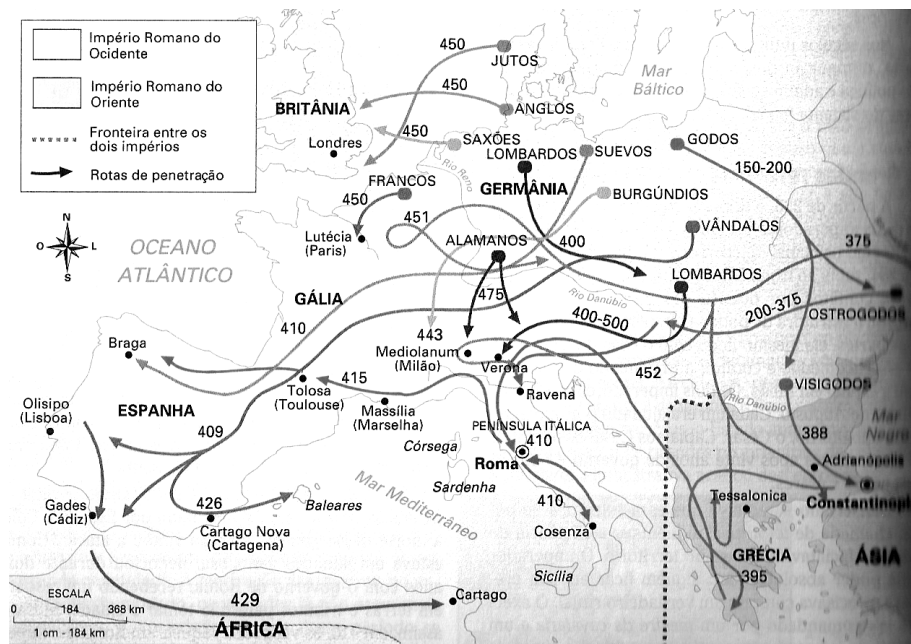


Figura 10 - Mapa indicando sentidos das invasões e migrações dos povos "bárbaros"
(Fonte: ARRUDA, José Jobson de. Toda a História. 8 ed, São Paulo: Ática, 2000, p. 88).

O comércio era bastante diminuto, praticado na base da troca entre as comunidades e estrangeiros. Otto Ohlweiler (1985, p. 92), utilizando-se dos escritos de Karl Marx e Eric Hobsbawm, traça a seguinte caracterização do modo de produção germânica: a atividade de produção estava concentrada na família, autônoma, que formava um condomínio entre as famílias pertencentes a uma mesma tribo, com o objetivo de assegurar a proteção.

A terra pública não explorada individualmente era de uso coletivo da tribo para a pastagem e a caça. Era uma “cooperativa de vivendas” onde se combinavam as atividades privadas de produção com os interesses coletivos da comunidade. Esses aspectos contribuíram para a formação do feudalismo.

À medida que as comunidades germânicas invadiam regiões estruturadas economicamente, politicamente e ideologicamente por Roma, foram incorporando alguns elementos dessa civilização, transformando em uma nova realidade. Esse processo foi desembocar na formação do modo de produção feudal.

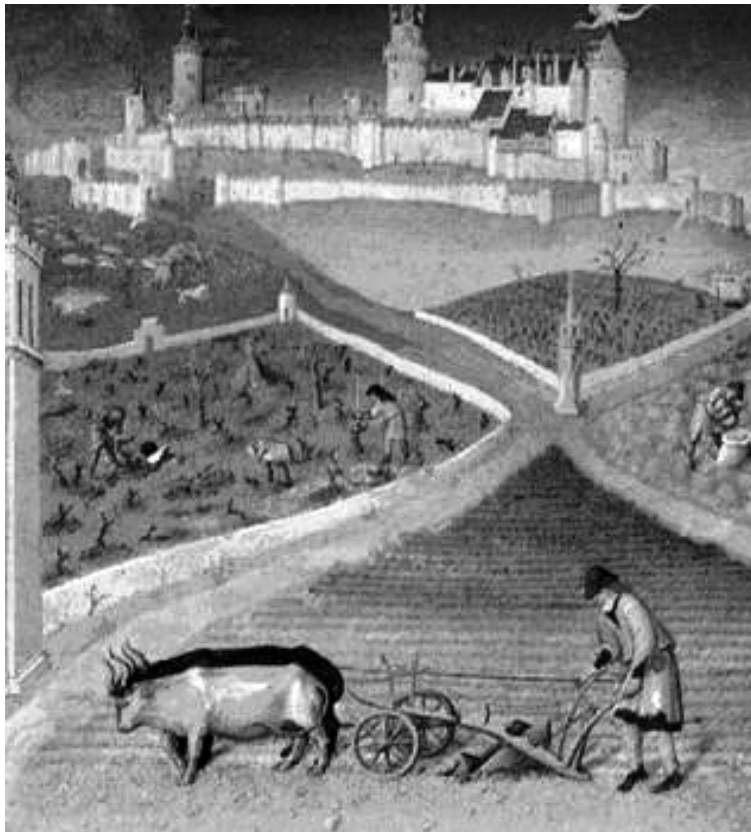


Figura 11 - Representação de uma propriedade feudal, com o servo trabalhando as terras e o castelo do senhor ao fundo. (Fonte: <http://br.geocities.com>).

CONCLUSÃO

As três vias de superação da comunidade primitiva, praticante da economia natural, apresentaram em si desenvolvimentos particulares que formaram modos específicos de produção (forças produtivas e relações de produção): o asiático, o escravismo antigo e o germânico. O desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção asiático e escravista permitiu a produção de excedente que era extraído em forma de tributos pagos em trabalho, em produto ou em dinheiro, possibilitando os privilégios da oligarquia e a realização de uma intensa atividade mercantil com outras sociedades. A estrutura que garantiu o desenvolvimento, ao mesmo tempo criava os elementos impeditivos para a continuidade do desenvolvimento econômico, já que dificultava o aprofundamento da mercantilização.

A especificidade dos modos de produção, em discussão nesta aula, também se verifica no tocante à sua desintegração, pois se o asiático não criou condições para a sua superação, o escravismo romano e a comunidade germânica contribuíram para impulsionar a formação do modo de produção feudal na Europa Ocidental, assunto que abordaremos na aula seguinte.

RESUMO

O estudo sobre a comunidade primitiva (economia natural) apresenta três vias distintas de superação, caracterizadas pelos modos de produção: asiático, escravista e o germânico. Os três modos de produção apresentam características distintas na composição, no nível de suas forças produtivas e nas relações sociais de produção, que ditaram a especificidade de seu desenvolvimento. O modo de produção asiático e o escravista, através da produção de excedente, possibilitaram a tributação como maneira de extorquir os trabalhadores e a ocorrência do comércio externo, enquanto o germânico pouco contribuiu para a sua realização, na medida em que estava dirigido à produção especialmente para a subsistência. Em relação à desagregação, o modo de produção asiático traz em si a peculiaridade de não possibilitar as condições para o surgimento de elementos que alimentassem a estruturação de outro modo de produção. Situação diferente apresentaram as desagregações do modo escravista e do germânico, criadores de relações que fomentaram a instituição do feudalismo.



ATIVIDADES

1. Identificar e caracterizar as vias de superação da comunidade primitiva . Explicar porque afirmamos que a atividade mercantil é histórica e não natural;
2. Explicar as condições históricas para o surgimento do escravismo;
3. Explicitar os fatores do escravismo que impedem o desenvolvimento econômico;
4. Conceituar: escravidão, corvéia, genos, polis, espartiaatas, hilotas, críptias, periecos, eupátridas, demiurgos, patrícios, plebeus e Direito consuetudinário.



COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

A desintegração da economia natural desembocou na formação de três modos de produção de características distintas: asiático, escravista e germânico. Os modos de produção, asiático e escravista (na Grécia e em Roma), criaram as condições para as forças produtivas avançarem no domínio da natureza, demonstrando, na produção de excedente e na ampliação da divisão social do trabalho, condição necessária para a realização do comércio. Porém, ao mesmo tempo em que permitiam o avanço das atividades econômicas, criavam o seu próprio limite.

Com o objetivo de facilitar o entendimento dos conceitos expressos nos textos e de outros que serão incluídos, ao longo do curso, aconselhamos o uso constante do Dicionário do Pensamento Marxista, produzido sob a coordenação de Tom Bottomore, e editado pela Jorge Zahar Editor.

AUTO-AVALIAÇÃO

A síntese apresentada procura demonstrar, baseada na concepção teórica marxista, os caminhos percorridos para a instituição de modos de produção mais complexos, realizadores da antiga atividade mercantil, e a contribuição para a gênese do modo de produção que, em virtude de sua contradição, possibilitou a formação do capitalismo. Mas, com a preocupação de demonstrar os limites da concepção teórica. O texto não permite uma longa reflexão sobre as questões teóricas. Para isso, deve-se recorrer à bibliografia citada.



REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Passagem da antigüidade ao feudalismo**. 2 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.
- ARRUDA, José Jobson de. **Toda a História**. 8 ed. São Paulo: Ática, 1994.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. **O pensamento econômico**. 5 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986, p. 09.
- MAESTRI, J. M. **O escravismo antigo**. 10 ed. São Paulo: Atual, 1994.
- MENDONÇA, Nadir Domingues. **o uso dos conceitos: Uma questão de interdisciplinaridade**. 2 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985, p. 68.
- NOVAC, George. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade**. São Paulo: Dag. Gráfica e Editorial LTDA., 1988.
- OHLWEILER, Otto Alcides. **Materialismo Histórico e crise contemporânea**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- PINSKY, Jaime. **Modo de produção na antiguidade**. São Paulo: Ed. Global, 1984.